



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

PROJETO DE LEI Nº , DE DE 2025
(Do Senhor Marcos Tavares)

Proíbe o uso de recursos públicos, direta ou indiretamente, na realização, apoio, patrocínio ou fomento de eventos que envolvam exploração de animais, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida, em todo o território nacional, a utilização de recursos públicos, de qualquer origem ou natureza, para custear, patrocinar, apoiar, promover ou subvencionar eventos que envolvam a exploração de animais, ainda que realizados por entidades privadas.

§1º Para efeitos desta Lei, considera-se exploração de animais toda forma de uso que envolva:

- I – sofrimento, maus-tratos, abuso físico ou psicológico;
- II – confinamento inadequado, transporte cruel ou exposição a situações estressantes;
- III – uso de animais em espetáculos, apresentações, competições, rinhas, rodeios, vaquejadas, circos ou práticas similares, ainda que com autorização administrativa;
- IV – exibição de animais silvestres ou exóticos sem finalidade científica, educativa ou de conservação reconhecida;
- V – manipulação que vise lucro ou entretenimento em detrimento do bem-estar animal.

§2º A proibição aplica-se a recursos oriundos de:

- I – dotações orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II – fundos públicos;
- III – convênios, termos de fomento, parcerias e patrocínios com entes públicos ou empresas estatais;
- IV – emendas parlamentares individuais ou de bancada.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 20/05/2025 22:15:29.900 - Mesa

PL n.2407/2025

Art. 2º As entidades públicas responsáveis por transferências voluntárias, celebração de convênios ou repasses a eventos deverão exigir declaração expressa de que os recursos não serão aplicados em atividades que envolvam exploração de animais.

Art. 3º O descumprimento desta Lei ensejará:

- I – o cancelamento imediato do repasse ou patrocínio público;
- II – a obrigatoriedade de devolução dos recursos públicos utilizados irregularmente, com atualização monetária;
- III – sanções administrativas, cíveis e penais, conforme legislação vigente;
- IV – impedimento de celebração de novos convênios com o ente financiador pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Art. 4º Esta Lei não se aplica a:

- I – projetos e atividades de conservação da fauna, desde que realizados sob supervisão de autoridade ambiental competente;
- II – centros de controle de zoonoses, hospitais veterinários, santuários, abrigos, ONGs e ações de proteção, acolhimento, reabilitação, castração, vacinação ou microchipagem de animais;
- III – exposições e feiras de adoção promovidas com foco em bem-estar animal, desde que observadas normas de biossegurança e legislação sanitária.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa proibir de forma expressa o uso de recursos públicos em eventos que envolvam a exploração de animais, como forma de proteger o bem-estar animal, garantir o respeito aos princípios constitucionais da administração pública e alinhar a atuação do Estado aos compromissos internacionais de proteção à fauna.

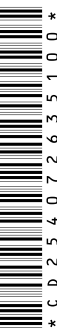
A Constituição Federal, em seu art. 225, §1º, VII, estabelece que o Poder Público tem o dever de proteger a fauna e a flora, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. Ao custear ou patrocinar eventos que promovem o sofrimento animal, mesmo que sob o pretexto de tradição ou cultura, o Estado viola esse mandamento constitucional.

A utilização de dinheiro público em atividades como rodeios, vaquejadas, circos com animais, rinhas e competições que envolvem estresse, dor ou risco de morte a animais representa uma afronta aos princípios da moralidade e da eficiência administrativa. Trata-se de um desvio de finalidade do recurso público, que deve prioritariamente ser direcionado a políticas de saúde, educação, proteção social e ambiental.

A Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) reconhece que os animais são seres sencientes, ou seja, capazes de sentir dor, medo e sofrimento. Assim, qualquer ação institucional que implique em exploração de animais para entretenimento, sem considerar seu bem-estar, deve ser desestimulada pelo Estado, inclusive por meio da retirada de apoio financeiro.

Diversos países e estados já avançaram em legislações que coíbem a realização de eventos com animais, ou ao menos retiram o financiamento público dessas práticas, promovendo a transição para formas de cultura e entretenimento ético e responsável.

A presente proposta não impede a livre iniciativa de empresas privadas, mas veda o uso do dinheiro público para práticas que vão de encontro aos princípios da proteção animal e da responsabilidade fiscal. Ao mesmo tempo, protege gestores públicos de eventuais responsabilizações por atos administrativos que possam ser considerados imorais, ilegais ou inconstitucionais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação desta medida, em nome da dignidade animal, da moralidade administrativa e do avanço civilizatório da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 20/05/2025 22:15:29.900 - Mesa

PL n.2407/2025



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 611 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF
Contato: (61) 3215-5611 e-mail: dep.marcostavares@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254072635100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Tavares

